PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026
(Processo Administrativo n° 237/2026)
(Contratação nº 987789 - 96/2026 - Compras.gov)

EXCLUSIVA ME, MEI E EPP

Torna-se público que o Município de Primeiro de Maio, por meio do Prefeito e a Secretaria Municipal de Compras e Licitação, sediado na Rua onze, nº 674, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 6.977/2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA: 23/11/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: ÀS 09:00 horas
LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 987789 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO - PR, e https://www.primeirodemaio.pr.gov.br/, na aba Licitações no qual o edital está disponível para "download".

(Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRAS.GOV, "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de expediente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Quando houver cota destinada às microempresas, empresas de pequeno porte ou MEIs e, para esta não houver interessado, faculta-se à Administração autorizar a arrematação da cota pela empresa de ampla concorrência vencedora do item correspondente.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade e a dificuldade de se dividir em quotas o objeto;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento da pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. A vedação à participação do autor dos projetos e da empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de participação do agente público do órgão ou entidade licitante estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **valor unitário e total do item;**

4.1.2. Marca;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência*;*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Em se tratando de obras e serviços, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais de tributos estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Quando da desclassificação da proposta, esta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO E FECHADO.

5.12. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de Habilitação.**

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

d) Impedidos de licitar, mantido pelo TCE/PR.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as declarações de que trata a Lei.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e tiverem sido anexados até a abertura da sessão, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta ajustada, nos termos do item 5.**

7.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, o agente de contratação poderá solicitar a apresentação de documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equivoco ou falha, no prazo definido pelo agente de contratação.

7.9.1. Decorrido o prazo definido pelo agente de contração, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.9.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.9.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, a qual somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, no endereço: https://www.primeirodemaio.pr.gov.br/.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. Na hipótese de convocação feita por e-mail, dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, constatada a regularidade dos atos praticados.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Os valores das melhores propostas por Item serão registrados na ordem de classificação na licitação.

11.2 A Administração Municipal convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação, **assinar a Ata de Registro de Preços**, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida neste edital.

11.3 O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

11.4 No ato da assinatura da Ata, o adjudicatário classificado em primeiro lugar se obriga a apresentar procuração ou contrato social e cédula de identificação.

11.5 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços ao respectivo percentual registrado, na seguinte hipótese:

11.5.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

11.5.2 quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

11.6 Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido para o primeiro colocado, para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do valor estimado para o lote e o período remanescente da Ata anterior.

11.7 Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

11.8 A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, caso o preço não se demonstre vantajoso, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

11.9 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo, a critério da Administração, ser prorrogada por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

11.9.1 Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

11.10 A presente licitação, operada por sistema de registro de preços, estabelecerá ata de registro de preços permanente, com a possibilidade de ingresso de novos fornecedores, a qualquer tempo, mediante pedido do interessado acompanhado da sua proposta e dos documentos exigidos na fase de seleção do fornecedor.

11.10.1 O órgão gerenciador da ata de registro de preços julgará o pedido de inclusão em até 10 (dez) dias úteis, abrindo prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da decisão, para interposição de recurso e contrarrazões em igual prazo.

11.10.2 O órgão gerenciador deverá julgar os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.10.3 O registro de novos fornecedores na ata de registro de preços será realizado segundo a ordem cronológica de ingresso, e somente será aceito de a proposta não for superior ao preço registrado pelo primeiro colocado.

12 DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SEU REAJUSTAMENTO

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021;

12.1.2 decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3 resultante de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

12.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.2.1 Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.2 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

12.2.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.3 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.3.1 Para fins do disposto no *item anterior*, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.3.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

12.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.3.5 Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no §1º, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

12.4 Na prorrogação da ata de registro de preços de vigência de 1 (um) ano, por igual período, e, no seu aniversário, será realizada sua atualização monetária, pelo índice IPCA.

13 DO CANCELAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1 O fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

13.1.1 A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

18.1.1 Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

18.1.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

13.1.2 Por iniciativa da Contratante, quando:

I - Não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, a que estiver vinculado;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho e/ou não formalizar o contrato decorrente do Registro de Preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14 – DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU TERMO EQUIVALENTE

14.1 Assinada a Ata de Registro de preços, o adjudicatário poderá será convocado para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, assinar o contrato ou termo equivalente, podendo, contudo, ser prorrogado, a critério do Município, quando solicitado e justificado o motivo pelo proponente.

14.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

14.2 O contrato ou termo equivalente será encaminhado no e-mail constante do sistema e será considerado lido no prazo de 02 (dois) dias úteis da data de envio.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5 fraudar a licitação;

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações consistentes em: deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra, apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações consistentes em: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas consistentes em: deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das seguintes infrações: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013, bem como pelas infrações administrativas previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, consistente em não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos casos em que a garantia for exigida.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções de advertência e multa e 15 (quinze) dias úteis da sanção de impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelo e-mail agentedecontratacao@primeirodemaio.pr.gov.br ou devidamente protocolado à Rua 11, 674 - Centro - CEP: 86140-000 Primeiro de Maio/Paraná – Telefone: (043) 32351122.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício 2026, conforme anexo.

18 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1 Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

18.3 “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

18.4 “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

18.5 “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

18.6 “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

18.7 “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Transparência e endereço eletrônico: https://www.primeirodemaio.pr.gov.br/ ou agentedecontratacao@primeirodemaio.pr.gov.br.

19.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10.1 ANEXO I - Minuta da Ata de Registro de Preços

19.10.2 ANEXO II – Declaração Unificada e Declaração Contendo Informações para Fins de Assinatura e Acompanhamento da Execução do Contrato

19.10.3 ANEXO III - Modelo de Proposta

19.10.4 ANEXO IV – Termo de Referência

19.10.4.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

19.10.5 ANEXO V – Dotação orçamentária

Primeiro de Maio/PR, em 06 de novembro de 2026.

Bruno Eduardo Santa Rosa Bauermamm Estevam
Prefeito

ANEXO I

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº: ___/202_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2026

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, o Município de , pessoa jurídica de direito público, com sede à _____, inscrita no CNPJ/MF nº__, neste ato representada por _____, doravante Denominado **Contratante**, Resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do(s) Fornecedor(es) abaixo elencado(s), vencedor(es) do Pregão Eletrônico n.º ...../....., sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para futura aquisição de bens, **conforme especificações constantes do respectivo Edital e seus Anexos**, parte integrante deste instrumento, observadas as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 6.977/2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- OBJETO: A presente licitação tem como objeto Registro de Preços para futura aquisição de ....., conforme especificações constantes do **Anexo I**, parte integrante deste processo.

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total.

2. DO(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S): A partir desta data, fica(m) registrado(s) neste Município, observada a ordem de classificação, os percentuais de desconto do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a. Fornecedor – lote __: _____, CNPJ n.º _____, com sede na Rua/Av _____, CEP: _____, telefone: (__) _____, fax: (__) _____, fax (__) ____, representada por seu(sua) _____, Sr(a). _____, _____ (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado(a) em _____, RG n.º _____ SSP/__, CPF n.º _____.

3. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pelo Município, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão n.º __/2026.

O compromisso de entrega estará caracterizado mediante o recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Eletrônico n.º __/2026.**

O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, caso o preço não se demonstre vantajoso, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo, a critério da Administração, ser prorrogada por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente ata inclusive o órgão competente deverá nomear gestor especifico para acompanhar em todos os seus termos a presente ata de sistema de registro de preços.

Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

6. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

a. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021;
b. decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
c. resultante de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto no *item anterior*, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no §1º, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Na prorrogação da ata de registro de preços de vigência de 1 (um) ano, por igual período, e, no seu aniversário, será realizada sua atualização monetária, pelo índice IPCA.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

O fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

a. A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.
b. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
c. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
d. Por iniciativa da Contratante, quando:

I - Não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, a que estiver vinculado;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho e/ou não formalizar o contrato decorrente do Registro de Preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

8. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O fornecedor terá o prazo de ..... (.....) dias úteis, contados da confirmação do recebimento da respectiva Nota de Empenho, para efetuar a entrega dos materiais e/ou iniciar a execução dos serviços.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata será divulgada no portal do Município **https://www.primeirodemaio.pr.gov.br/** e no Diário Oficial do Município. Após sua assinatura e publicação inicial, os preços registrados serão publicados trimestralmente.

10. DOS RECURSOS FINANCEIROS: As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº:

Reduzido	Programática		Elemento Despesa	Fonte

11. DO FORO: As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Município de Primeiro de Maio, e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual e teor e forma.

Primeiro de Maio - PR, ___ de _____ de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratada

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(Papel timbrado da licitante)

Ao Agente de Contratação do Município de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

( ) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

( ) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, e estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

( ) Declara que no ano-calendário em curso não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

( ) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina a Lei nº 14.133/21, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
Obs.: Se a licitante possuir menores de 14 (quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.

( ) Declara, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

( ) Declara, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

( ) Declara, para os devidos fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

( ) Declara que estão cientes e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, assumindo a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas como firmes e verdadeiras.

( ) Declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato; que estamos plenamente cientes do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

( ) A licitante e sócios declaram que aceitam que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do processo licitatório, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes, documentos, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE		
Razão social:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	CNPJ:
Conta Corrente nº:	Agência nº	Banco:
IE:	Fone:	e-mail:
2 – DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINAR CONTRATO:		
Nome:		
Função:	Atribuição:	
Data Nasc.:	Estado Civil:	
RG nº: Emissor:	CPF/MF nº:	
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	
Fone: Celular:	e-mail:	

_____, _____, _____ de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

Ao Agente de Contratação do Município de Primeiro de Maio – PR.

Ref.: **Edital do Pregão Eletrônico nº __/2026.**

Prezados Senhores,

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

► RAZÃO SOCIAL:
►CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:
► REPRESENTANTE E CARGO:
► CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
► ENDEREÇO E TELEFONE:
► EMAIL:
► AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA;

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa à .....

Item	Descritivo Produto	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
...					

- Prazo de entrega:
- Forma de pagamento:
- Validade da proposta:
- Os preços propostos acima contemplam todos os impostos, encargos, taxas de ordem social, previdenciário, trabalhista, securitários, tributários e despesas com a entrega dos produtos.

Local, _____ de _____de 2026.

_____
(Assinatura do representante legal da empresa)

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais de Expediente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	**Agenda permanente:** Lisa, visão diária (exceto sábado e domingo), folhas de dados pessoais, planejamento mensal e índice telefônico, capa dura, formato aproximado 151 x 210 mm.	Unidade	50	R$ 23,22	R$ 1.161,00
2	**Alfinete com cabeça colorida:** Aço níquel, cores variadas. Caixa com 50 unidades.	Unidade	10	R$ 20,27	R$ 202,70
3	**Almofada para carimbo:** Cor preta, tamanho nº 03.	Unidade	20	R$ 2,80	R$ 56,00
4	**Apontador para lápis:** Material em metal e plástico, com depósito para aparas.	Unidade	100	R$ 3,51	R$ 351,00
5	**Bobina de papel de presente:** Dimensões 60 cm x 100 metros.	Unidade	10	R$ 115,51	R$ 1.155,10
6	**Borracha escolar:** Branca, material macio, isenta de PVC.	Unidade	150	R$ 0,25	R$ 37,50
7	**Caderno de pauta ampliada:** Para baixa visão, capa em plástico, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, 100 folhas, formato A4.	Unidade	90	R$ 50,76	R$ 4.568,40
8	**Caixa box para arquivo:** Em papelão resistente, dimensões aproximadas 13,5 x 25 x 35 cm.	Unidade	400	R$ 3,33	R$ 1.332,00
9	**Caneta corretiva líquida:**	Unidade	50	R$ 3,97	R$ 198,50

	À base de solvente, conteúdo mínimo de 8 ml.				
10	**Caneta esferográfica azul:** Corpo em resina transparente, ponta média (1 mm), tinta de secagem rápida e escrita macia.	Unidade	1000	R$ 1,09	R$ 1.090,00
11	**Caneta esferográfica preta:** Corpo em resina transparente, ponta média (1 mm), tinta de secagem rápida e escrita macia.	Unidade	700	R$ 1,10	R$ 770,00
12	**Caneta esferográfica vermelha:** Corpo em resina transparente, ponta média (1 mm), tinta de secagem rápida e escrita macia.	Unidade	700	R$ 1,09	R$ 763,00
13	**Caneta hidrográfica (ponta grossa):** Contendo 12 cores	Caixa	20	R$ 15,62	R$ 312,40
14	**Caneta para retroprojetor:** Ponta grossa, tinta permanente.	Unidade	100	R$ 1,54	R$ 154,00
15	**Canetas hidrográficas coloridas:** Material em resina termoplástica. Pacote com 24 cores	Pacote	20	R$ 18,81	R$ 376,20
16	**Cartolina:** Cores variadas, dimensões aproximadas 50 x 66 cm, gramatura mínima de 140 g/m².	Unidade	500	R$ 0,61	R$ 305,00
17	**Clips metálico nº 12/0:** Aço galvanizado com tratamento antiferrugem. Unidade: Caixa com 500 gramas.	Caixa	50	R$ 11,46	R$ 573,00
18	**Clips metálico nº 2/0:** Aço galvanizado com tratamento antiferrugem. Unidade: Caixa com 500 gramas.	Caixa	50	R$ 16,69	R$ 834,50
19	**Clips metálico nº 4/0:** Aço galvanizado com tratamento antiferrugem. Unidade: Caixa com 500 gramas.	Caixa	50	R$ 18,14	R$ 907,00
20	**Clips metálico nº 6/0:** Aço galvanizado com tratamento antiferrugem. Unidade: Caixa com 500 gramas.	Caixa	50	R$ 17,65	R$ 882,50

21	**Cola branca escolar:** Lavável, atóxica. Unidade: Frasco de 1 kg.	Unidade	35	R$	8,17	R$	285,95
22	**Cola em bastão:** Conteúdo de 20g.	Unidade	120	R$	1,31	R$	157,20
23	**Cola quente (refil fino):** Semitransparente, dimensões 7,5 mm x 300 mm. Unidade: Pacote de 1 kg.	Pacote	200	R$	39,75	R$	7.950,00
24	**Cola quente (refil grosso):** Semitransparente, dimensões 11,2 mm x 300 mm. Unidade: Pacote de 1 kg.	Pacote	200	R$	31,43	R$	6.286,00
25	**Elástico látex:** Amarelo, nº 18. Unidade: Pacote com 1.200 unidades.	Pacote	30	R$	39,70	R$	1.191,00
26	**Envelope grande Kraft:** Dimensões aproximadas 240 x 340 mm, gramatura 80 g/m².	Unidade	2000	R$	0,30	R$	600,00
27	**Envelope ofício branco:** Dimensões 114 x 229 mm, gramatura 75 g/m².	Unidade	1100	R$	0,09	R$	99,00
28	**Envelope ouro ofício:** Gramatura 80 g/m², dimensões 26 x 36 cm.	Unidade	600	R$	0,47	R$	282,00
29	**Estilete estreito:** Com largura de lâmina de 9 mm e corpo em material resistente.	Unidade	100	R$	0,80	R$	80,00
30	**Extrator de grampos:** Metálico, acabamento galvanizado.	Unidade	100	R$	1,19	R$	119,00
31	**Fita adesiva crepe:** Dimensões 24 mm x 50 m. Unidade: Pacote com 6 unidades.	Pacote	150	R$	20,03	R$	3.004,50
32	**Fita adesiva dupla face:** Dimensões 12 mm x 30 m.	Unidade	150	R$	3,36	R$	504,00
33	**Fita adesiva colorida:** Dimensões 12 mm x 10 m.	Unidade	150	R$	0,54	R$	81,00
34	**Fita adesiva transparente estreita:** Dimensões 12 mm x 40 metros.	Pacote	900	R$	0,93	R$	837,00
35	**Fita adesiva transparente larga:** Dimensões 45 mm x 45 m. Unidade: Pacote com 4	Pacote	150	R$	21,53	R$	3.229,50

	unidades.				
36	**Fita adesiva transparente média:** Tamanho mínimo 18 mm x 50 m.	Caixa	500	R$ 1,27	R$ 635,00
37	**Grampeador** Para grampos 23/13, estrutura metálica resistente.	Unidade	50	R$ 107,16	R$ 5.358,00
38	**Grampeador para tapeçaria / madeira:** Modelo profissional.	Unidade	20	R$ 143,45	R$ 2.869,00
39	**Grampeador** Para grampos 26/6, estrutura metálica, para até 25 folhas de papel 75g/m²	Unidade	100	R$ 26,60	R$ 2.660,00
40	**Grampo Trilho de Metal** para Arquivamento (Caixa com 50 Unidades)	Caixa	50	R$ 7,59	R$ 379,50
41	**Grampos para grampeador 23/13:** Aço galvanizado. Unidade: Caixa com 5.000 unidades.	Caixa	50	R$ 21,04	R$ 1.052,00
42	**Grampos para grampeador 26/6:** Aço galvanizado. Unidade: Caixa com 5.000 unidades.	Caixa	120	R$ 12,51	R$ 1.501,20
43	**Lápis preto:** Sextavado nº 02, ponta resistente, madeira 100% reflorestada.	Unidade	500	R$ 0,20	R$ 100,00
44	**Livro ata:** Pautado, capa dura, costurado, 100 folhas.	Unidade	50	R$ 42,79	R$ 2.139,50
45	**Papel fotográfico adesivo A4:** Gramatura 135 g/m², branco. Unidade: Pacote com 100 folhas.	Pacote	150	R$ 49,50	R$ 7.425,00
46	**Papel sulfite A3:** Cor branca. Unidade: Pacote com 500 folhas.	Pacote	115	R$ 61,22	R$ 7.040,30
47	**Papel sulfite A4 (Reciclado):** Gramatura 75 g/m², formato 210 x 297 mm, 100% reciclado, alcalino, com garantia de anti-atolamento. Unidade: Pacote com 500 folhas.	Pacote	150	R$ 23,29	R$ 3.493,50
48	**Papel vergê A4:** Gramatura 180 g/m², dimensões 210 x 297 mm, cor a escolher. Unidade: Pacote	Pacote	300	R$ 28,10	R$ 8.430,00

	com 50 folhas.				
49	**Pasta A-Z larga:** Dimensões aproximadas 28 x 8 x 34,5 cm, com visor e compressor de papel	Unidade	50	R$ 22,32	R$ 1.116,00
50	**Pasta catálogo ofício:** Com no mínimo 50 envelopes plásticos (254 x 335 mm), 4 colchetes.	Unidade	40	R$ 30,07	R$ 1.202,80
51	**Pasta plástica com grampo trilho:** Sem estampa, formato A4 (24 x 34 cm). Unidade: Pacote com 10 unidades.	Pacote	50	R$ 20,67	R$ 1.033,50
52	**Pasta plástica sanfonada:** Tamanho A4 (250 x 350 mm), fechamento com elástico, mínimo de 31 divisórias com etiquetas de identificação.	Unidade	50	R$ 67,38	R$ 3.369,00
53	**Pasta plástica polionda:** Lombada de 5,5 cm, tamanho ofício, fechamento com elástico, sem estampa.	Unidade	200	R$ 11,63	R$ 2.326,00
54	**Pasta suspensa em papel Kraft:** Gramatura 170 g/m², com vareta plástica e 1 visor com etiqueta. Unidade: Caixa com 50 unidades.	Caixa	50	R$ 175,46	R$ 8.773,00
55	**Perfurador de papel grande:** 2 furos, capacidade mínima para perfurar 100 folhas, estrutura em ferro fundido.	Unidade	20	R$ 260,04	R$ 5.200,80
56	**Pincel atômico:** Ponta chanfrada, tinta permanente, cores azul, preto ou vermelho.	Unidade	150	R$ 7,00	R$ 1.050,00
57	**Pincel marca-texto (Amarelo):** Cor amarela fluorescente, ponta macia, à base de água, secagem rápida.	Unidade	300	R$ 1,97	R$ 591,00
58	**Pincel marca-texto (Azul):** Cor azul fluorescente, ponta macia, à base de água, secagem rápida.	Unidade	200	R$ 1,25	R$ 250,00
59	**Pincel marca-texto (Verde):** Cor verde fluorescente, ponta macia, à base de água, secagem	Unidade	200	R$ 1,05	R$ 210,00

	rápida.				
60	**Pincel marcador para quadro branco:** Cores azul, preto e vermelho, corpo recarregável.	Unidade	1150	R$ 1,37	R$ 1.575,50
61	**Pincel artístico nº 18:** Cabo longo, cerdas sintéticas.	Unidade	80	R$ 1,71	R$ 136,80
62	**Pincel artístico nº 06:** Formato chato, cerda branca, filamento sintético.	Unidade	130	R$ 1,94	R$ 252,20
63	**Pincel artístico nº 08:** Formato chato, cerda branca, filamento sintético.	Unidade	130	R$ 1,72	R$ 223,60
64	**Pincel artístico nº 20:** Cabo longo, cerdas sintéticas.	Unidade	120	R$ 3,24	R$ 388,80
65	**Pistola para cola quente (Grande):** Potência de 40W, bivolt.	Unidade	50	R$ 39,64	R$ 1.982,00
66	**Pistola para cola quente (Pequena):** Potência de 10W, bivolt.	Unidade	50	R$ 20,54	R$ 1.027,00
67	**Plástico protetor para pasta:** Formato 240 x 320 mm, com 4 furos reforçados. Unidade: Pacote com 50 unidades.	Pacote	150	R$ 14,65	R$ 2.197,50
68	**Prancheta ofício A4:** Material em MDF, dimensões 33 x 23 cm, prendedor metálico de alta pressão.	Unidade	50	R$ 4,50	R$ 225,00
69	**Reabastecedor para pincel atômico:** Frasco de 37 ml, cores variadas.	Unidade	90	R$ 8,31	R$ 747,90
70	**Refil de tinta para quadro branco:** Frasco de 200 ml, cores vermelho, azul e preto.	Unidade	130	R$ 25,86	R$ 3.361,80
71	**Régua acrílica (60 cm):** Material acrílico grosso, transparente cristal, gravação em alto relevo.	Unidade	50	R$ 6,30	R$ 315,00
72	**Régua acrílica (30 cm):** Material acrílico grosso, transparente cristal, gravação em alto relevo.	Unidade	120	R$ 4,51	R$ 541,20

73	**Saco de papel monolúcido branco (Pipoca):** Tamanho nº 2 (11 x 12 cm). Unidade: Pacote com 500 unidades.	Pacote	50	R$ 28,43	R$ 1.421,50
74	**Sacos de celofane:** Dimensões 25 x 35 cm. Unidade: Pacote com 50 unidades.	Pacote	20	R$ 17,83	R$ 356,60
75	**Papel sulfite A4 (Resmas):** Gramatura 75 g/m², branco. Unidade: Caixa com 10 resmas de 500 folhas.	Caixa	200	R$ 356,95	R$ 71.390,00
76	**Suporte para fita adesiva de mesa:** Para fitas de até 18 x 50 mm, plástico resistente, cor preta, lâmina de corte serrilhada em aço inox.	Unidade	20	R$ 23,87	R$ 477,40
77	**Tesoura de escritório:** Comprimento mínimo de 17 cm, lâminas em aço inoxidável e cabo ergonômico em termoplástico.	Unidade	100	R$ 6,81	R$ 681,00
78	**Apagador para quadro branco:** Confeccionado em plástico resistente com feltro, dimensões mínimas 6 x 15 x 3,5 cm.	Unidade	100	R$ 7,77	R$ 777,00
79	**Fita para rotulador:** Largura de 9 a 12 mm, tamanho M, cor branca, não laminada.	Unidade	30	R$ 18,05	R$ 541,50
80	**Fragmentadora de papel (Porte Grande):** Corte em partículas (cruzado), nível de segurança mínimo P4 (partículas máximas de 4x40 mm), capacidade mínima de 25 folhas (75 g/m²) por vez, abertura de inserção mínima de 220 mm, motor 110V, capaz de triturar grampos, clipes e cartões de crédito, lixeira com capacidade mínima de 25 litros.	Unidade	2	R$ 2.195,64	R$ 4.391,28
81	**Fragmentadora de papel (Porte Médio):** Corte em partículas, nível de segurança mínimo P3, capacidade mínima de 15 folhas	Unidade	5	R$ 1.368,30	R$ 6.841,50

	por vez, abertura mínima de 220 mm, motor 110V, lixeira com capacidade mínima de 25 litros.				
82	**Papel dobradura:** Dimensões 50 x 60 cm, cores variadas (branco, rosa, azul, vermelho, preto, amarelo, verde, laranja, marrom). Unidade: Pacote com 100 folhas.	Pacote	200	R$ 43,61	R$ 8.722,00
83	**Papel espelho:** Dimensões 48 x 66 cm, cores variadas. Unidade: Pacote com 20 folhas.	Pacote	150	R$ 12,46	R$ 1.869,00
84	**Papel crepom:** Dimensões 48 cm x 2 m, cores variadas. Unidade: Pacote com 10 unidades.	Pacote	150	R$ 12,42	R$ 1.863,00
85	**Cartolina americana:** Dimensões 48 x 66 cm, cores variadas.	Unidade	15	R$ 1,45	R$ 21,75
86	**Papel cartão:** Dimensões 48 x 66 cm, gramatura 250 g/m², cores variadas. Unidade: Pacote com 10 unidades.	Pacote	20	R$ 22,14	R$ 442,80
87	**Papel laminado:** Dimensões 21 x 29,7 cm, cores sortidas (dourado, prata, vermelho, verde, azul, rosa). Unidade: Pacote com 40 folhas.	Pacote	50	R$ 52,88	R$ 2.644,00
88	**Papel camurça:** Dimensões 40 x 60 cm, cores variadas. Unidade: Pacote com 25 unidades.	Pacote	210	R$ 29,63	R$ 6.222,30
89	**Papel sulfite colorido A4:** Dimensões 21 x 29,7 cm, cores variadas. Unidade: Pacote com 100 folhas.	Pacote	100	R$ 9,87	R$ 987,00
90	**Tinta guache:** Frasco com 250 ml, cores variadas.	Unidade	100	R$ 12,82	R$ 1.282,00
91	**Papel seda:** Dimensões 48 x 60 cm, gramatura 20 g/m², cores variadas. Unidade: Pacote com 100 folhas.	Pacote	30	R$ 25,08	R$ 752,40
92	**Palito de sorvete colorido:** Dimensões 11 x 0,9 cm, cores sortidas. Unidade: Pacote com	Pacote	30	R$ 10,88	R$ 326,40

	100 unidades.				
93	**Avental para pintura infantil:** Material impermeável.	Unidade	30	R$ 28,24	R$ 847,20
94	**Avental para pintura adulto:** Material impermeável.	Pacote	30	R$ 26,59	R$ 797,70
95	**Balão bexiga (Liso):** Tamanho 9 polegadas, cores diversas. Unidade: Pacote com 50 unidades.	Pacote	100	R$ 24,24	R$ 2.424,00
96	**Balão bexiga (Metalizado):** Tamanho 9 polegadas, cores diversas. Unidade: Pacote com 50 unidades.	Pacote	100	R$ 26,35	R$ 2.635,00
97	**Estilete largo:** Com lâmina de 25 mm e corpo anatômico.	Unidade	20	R$ 8,24	R$ 164,80
98	**Bloco de notas autoadesivas:** Dimensões 76 x 76 mm, com 100 folhas por bloco.	Unidade	100	R$ 6,92	R$ 692,00
99	**Tela branca para pintura (30x30 cm):** Chassi em madeira com tecido preparado para tinta acrílica ou a óleo.	Unidade	50	R$ 8,46	R$ 423,00
100	**Tela branca para pintura (20x30 cm):** Chassi em madeira com tecido preparado para tinta acrílica ou a óleo.	Unidade	150	R$ 7,34	R$ 1.101,00
101	**Tela branca para pintura (15x20 cm):** Chassi em madeira com tecido preparado para tinta acrílica ou a óleo.	Unidade	100	R$ 5,52	R$ 552,00
102	**Tinta PVA fosca para artesanato:** Frasco com 500 ml, cores diversas.	Unidade	30	R$ 26,82	R$ 804,60
103	**Tinta para tecido fosca:** Frasco com 250 ml, cores diversas.	Unidade	50	R$ 20,08	R$ 1.004,00
104	**Tinta para tecido brilhante:** Frasco com 250 ml, cores diversas.	Unidade	50	R$ 28,80	R$ 1.440,00
105	**Bobina de papel Kraft:** Largura de 80 cm x 100 metros de comprimento.	Bobina	30	R$ 76,87	R$ 2.306,10
106	**Cola branca PVA extraforte:** Frasco de 1 kg, alta aderência.	Unidade	10	R$ 30,43	R$ 304,30

107	**Lápis de cor Jumbo:** Corpo grosso, caixa com 24 cores.	Caixa	100	R$ 109,30	R$ 10.930,00
108	**Rolo de TNT:** Comprimento de 50 metros, cores diversas.	Unidade	50	R$ 152,03	R$ 7.601,50
109	**Folha de Borracha EVA (Lisa):** Dimensões 60 x 40 cm, espessura padrão de 2 mm, cor variada.	Unidade	1800	R$ 2,62	R$ 4.716,00
110	**Folha de Borracha EVA (Glitterizada):** Dimensões 60 x 40 cm, espessura padrão de 2 mm, cor variada, acabamento com glitter em uma das faces.	Unidade	1300	R$ 2,33	R$ 3.029,00
111	**Cola instantânea multiuso:** Conteúdo de 100g.	Unidade	80	R$ 36,63	R$ 2.930,40
112	**Cola para EVA:** Frasco com 90g.	Unidade	50	R$ 4,08	R$ 204,00
113	**Caixa de correspondência tripla:** Acrílica, modelo articulado / escalonado.	Unidade	50	R$ 126,03	R$ 6.301,50
114	**Perfurador decorativo de EVA e papel (25 mm):** Diversos formatos (círculo, estrela, coração, etc.).	Unidade	50	R$ 28,13	R$ 1.406,50
115	**Perfurador decorativo de EVA e papel (50 mm):** Diversos formatos (círculo, estrela, coração, etc.).	Unidade	50	R$ 50,18	R$ 2.509,00
116	**Pasta arquivo tipo "L":** Material plástico incolor, largura 230 mm, altura 335 mm.	Unidade	300	R$ 0,86	R$ 258,00
117	**Tinta preta para carimbo:** Frasco com 40 ml, à base de água, glicerina e corantes.	Unidade	20	R$ 10,64	R$ 212,80
118	**Caderno espiral capa dura (10 matérias):** Formato 200 x 275 mm, gramatura de 56 g/m², 160 folhas.	Unidade	400	R$ 22,60	R$ 9.040,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 298.560,18**

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, sendo caracterizado como comum.

1.1.1. A opção será por Registro de Preços, sendo que a ata vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, no interesse da Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da ordem de serviço (empenho).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço informado na solicitação de empenho.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo substituto.

6.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.5.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.8. A Administração deverá realizar consulta: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.15. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 298.560,18 (Duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **em anexo**

Primeiro de Maio, data do protocolo

Elaborado por:

Luis Henrique Hideki Amauki
Auxiliar de Serviços Administrativos

Aprovado por:

Flávia Eduarda Gazzola
Secretária Municipal de Compras e Licitação

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
https://primeirodemaio.eloweb.net/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=3f5b9c28-0f3c-4d53-a1d2-2f203f6a35b3

Assinado por: Luis Henrique Hideki Amauki 23/10/2026 16:34:03

Assinado por: Flavia Gazzola 26/10/2026 10:06:10

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI Nº 14.133/2021

ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Compras e Licitação

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda fundamenta-se na necessidade de reabastecer o almoxarifado e suprir a demanda contínua das secretarias e departamentos municipais por material de expediente, garantindo o suporte administrativo necessário para a prestação dos serviços públicos essenciais à população de Primeiro de Maio.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a perfeita execução do objeto, estabelecem-se requisitos mínimos de fornecimento que garantam a qualidade e a conformidade do bem com o interesse público, incluindo:

- **Critérios de Entrega e Garantia:** Os materiais deverão ser entregues parceladamente conforme solicitação da Administração, acompanhados de Nota Fiscal. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, com obrigação de substituição dos itens inadequados em até 5 dias úteis.

Práticas de sustentabilidade

- **Ambiental:** Preferência por itens fabricados com materiais reciclados, atóxicos, sem uso de substâncias perigosas e com certificações ambientais.
- **Social:** Embalagens recicláveis ou retornáveis, priorizando fornecedores que adotem boas práticas de responsabilidade social e trabalhista.
- **Econômica:** Durabilidade dos produtos para evitar descartes prematuros e otimizar o uso dos recursos públicos.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A definição das quantidades foi estabelecida pela Secretaria Demandante por meio de levantamento administrativo interno, fundamentado no histórico de consumo e na projeção de demanda para o exercício. Tal quantitativo guarda relação de proporcionalidade com as atividades desempenhadas, sendo a precisão destas informações de responsabilidade da Secretaria que as declarou.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado e pesquisa de preços resultou no relatório que segue em anexo (MAPA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS). Para formação do preço estimado desta contratação foram analisados os critérios e parâmetros, orientados pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 bem como a LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Foram consideradas alternativas, porém a **estratégia adotada de contratação** se mostrou mais vantajosa tecnicamente para o município de Primeiro de Maio no momento.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição de Material de Expediente

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A opção pelo parcelamento por item justifica-se pela viabilidade técnica e econômica, pela manutenção da economia de escala e pelo potencial incremento na competitividade do certame.

A estratégia de adjudicação para a presente contratação dar-se-á por **item**, em observância ao princípio do parcelamento do objeto e ao que preceitua a legislação vigente. Tal decisão fundamenta-se nos seguintes pilares de viabilidade:

No que tange à **viabilidade técnica**, verificou-se que a natureza do objeto permite a execução de forma segregada, sem que ocorra prejuízo à padronização ou à integridade da solução. A gestão administrativa de múltiplos fornecedores é plenamente exequível, garantindo que o atendimento às necessidades da Administração ocorra de forma coordenada e eficiente.

Sob o aspecto da **viabilidade econômica**, o estudo de mercado indica que o parcelamento não acarreta perda de economia de escala. A estrutura de custos dos itens, quando isolados, mantém se competitiva, não havendo incremento injustificado de preços decorrente da divisão do objeto. Ao contrário, a segmentação permite que a Administração usufrua de preços de mercado mais precisos para cada categoria pretendida.

Por fim, a adoção deste modelo visa, primordialmente, a **ampliação da competitividade**. Ao permitir a participação de licitantes que detêm especialização em itens específicos, o certame atrai um maior número de fornecedores e mitiga riscos de monopólio ou concentração de mercado.

Desta forma, assegura-se a seleção da proposta mais vantajosa para o erário, conciliando a eficiência operacional com o fomento à ampla disputa.

ANÁLISE DE RISCOS

Nº	Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Ações de prevenção	Ações de contingência	Responsável pelas ações
1.	Atraso na entrega dos materiais pela contratada.	Média	Médio	Exigir certidões de regularidade e verificar histórico do fornecedor.	Aplicar penalidades legais e acionar ata de registro de preços subsequente (se houver).	Setor de Licitações
2.	Entrega de produtos com qualidade inferior ou defeituosos.	Baixa	Alto	Especificar detalhadamente as marcas/padrões aceitáveis no termo de referência.	Rejeitar os itens no ato do recebimento e exigir a troca imediata.	Fiscal do Contrato
3.	Desabastecimento por descontinuidade do produto no mercado.	Baixa	Médio	Permitir a substituição por item equivalente mediante aprovação técnica prévia.	Realizar nova pesquisa de mercado para substituição do item homologado.	Secretaria de Compras
4.	Variação excessiva de preços (inflação do setor).	Baixa	Alto	Realizar pesquisa de preços ampla e atualizada conforme IN SEGES nº 65/2021.	Negociar com fornecedores ou republicar o item caso deserto/fracassado.	Setor de Licitações
5.	Divergência nos quantitativos solicitados vs. consumidos.	Baixa	Baixo	Monitoramento trimestral do consumo pelas secretarias requisitantes.	Adequar os quantitativos nos futuros empenhos ou novas contratações.	Secretaria Demandante
6.	Falta de dotação orçamentária durante a execução.	Baixa	Alto	Verificar a disponibilidade de recursos antes da emissão de cada ordem de compra.	Adequação orçamentária via suplementação, se estritamente necessário.	Secretaria de Fazenda

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- **Designação Formal:** Indicação formal do Gestor e do Fiscal do Contrato para acompanhamento da execução.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- **Resultados Quantitativos:** Suprir 100% das demandas das secretarias municipais por materiais de expediente ao longo do exercício, reduzindo o tempo de espera por suprimentos em até 20%.

- **Resultados Qualitativos:** Garantir a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos prestados à população, assegurando a padronização e a boa qualidade dos insumos de escritório utilizados pelos servidores.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto no presente estudo técnico preliminar, declara-se que a contratação é viável, necessária e adequada a este órgão.

VERIFICAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA COMPRA PRIMEIRO DE MAIO (LEI MUNICIPAL Nº 06/2013 COM ALTERAÇÕES PELA LEI MUNICIPAL Nº 61/2022)

Não se aplica.

Primeiro de Maio/PR, data de assinatura do protocolo.

Elaborado por:

Luis Henrique Hideki Amauki
Auxiliar de Serviços Administrativos

Aprovado por:

Flávia Eduarda Gazzola
Secretária Municipal de Compras e Licitação

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
https://primeirodemaio.eloweb.net/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=282e0d97-73cb-4a74-9953-9149a141e872

Assinado por: Luis Henrique Hideki Amauki 23/10/2026 16:32:28

Assinado por: Flavia Gazzola 26/10/2026 10:06:26

Demonstrativo da Despesa Simplificada no Período de janeiro a dezembro

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO

	Red.	Cod. Despesa	Fonte	Descrição	Desp. Atualizada	V. Empenhado	V. Liquidado	V.Pago	Sdo. Pagar	V. Reservado	Sdo. Empenhar
		02.001.04.122.0002.2002	**Gabinete do Prefeito**								
O	8	02.001.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00	27.858,38	24.443,98	23.904,63	3.953,75	0,00	12.141,62
				Total ProjAtiv:	**40.000,00**	**27.858,38**	**24.443,98**	**23.904,63**	**3.953,75**	**0,00**	**12.141,62**
		02.001.04.124.0002.2003	**Manutenção do Controle Interno**								
O	24	02.001.04.124.0002.2.003.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
				Total ProjAtiv:	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**
		02.001.06.182.0002.2040	**Manutenção da Defesa Civil**								
O	31	02.001.06.182.0002.2.040.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	800,00	800,00	800,00	0,00	0,00	5.200,00
				Total ProjAtiv:	**6.000,00**	**800,00**	**800,00**	**800,00**	**0,00**	**0,00**	**5.200,00**
		03.001.02.061.0002.2004	**Procuradoria Jurídica**								
O	40	03.001.02.061.0002.2.004.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
				Total ProjAtiv:	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**
		04.001.04.122.0002.2005	**Secretaria de Compras e Licitação**								
O	55	04.001.04.122.0002.2.005.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	18.873,41	15.497,91	15.176,22	3.697,19	0,00	1.126,59
				Total ProjAtiv:	**20.000,00**	**18.873,41**	**15.497,91**	**15.176,22**	**3.697,19**	**0,00**	**1.126,59**
		05.001.04.122.0002.2006	**Secretaria de Administração e Recursos Humanos**								
O	76	05.001.04.122.0002.2.006.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	110.000,00	87.405,40	51.138,55	44.332,23	43.073,17	0,00	22.594,60
				Total ProjAtiv:	**110.000,00**	**87.405,40**	**51.138,55**	**44.332,23**	**43.073,17**	**0,00**	**22.594,60**
		05.001.04.243.0002.6007	**Conselho Tutelar**								
O	101	05.001.04.243.0002.6.007.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	9.770,69	6.641,19	6.314,53	3.456,16	0,00	20.229,31
				Total ProjAtiv:	**30.000,00**	**9.770,69**	**6.641,19**	**6.314,53**	**3.456,16**	**0,00**	**20.229,31**
		06.001.04.123.0002.2007	**Secretaria de Fazenda**								
O	116	06.001.04.123.0002.2.007.3.3.90.30.00.0	01000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	24.255,03	7.678,05	7.678,05	16.576,98	0,00	744,97
				Total ProjAtiv:	**25.000,00**	**24.255,03**	**7.678,05**	**7.678,05**	**16.576,98**	**0,00**	**744,97**
		07.001.12.122.0007.6001	**Manutenção do Departamento de Educação**								
O	138	07.001.12.122.0007.6.001.3.3.90.30.00.0	01104	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00	73.960,40	63.249,36	61.584,05	12.376,35	0,00	6.039,60
				Total ProjAtiv:	**80.000,00**	**73.960,40**	**63.249,36**	**61.584,05**	**12.376,35**	**0,00**	**6.039,60**
		07.001.12.361.0007.6004	**Manutenção do Ensino Fundamental**								
O	164	07.001.12.361.0007.6.004.3.3.90.30.00.0	01103	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	29.940,97	20.964,05	20.964,05	8.976,92	0,00	59,03
O	165	07.001.12.361.0007.6.004.3.3.90.30.00.0	01104	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00	63.428,65	44.538,24	38.545,38	24.883,27	0,00	6.571,35

O	166	07.001.12.361.0007.6.004.3.3.90.30.00.0	11041 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
			Total ProjAtiv:	**102.000,00**	**93.369,62**	**65.502,29**	**59.509,43**	**33.860,19**	**0,00**	**8.630,38**
		07.001.12.365.0007.6005	**Manutenção do Ensino Infantil**							
O	191	07.001.12.365.0007.6.005.3.3.90.30.00.0	01103 MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	29.953,01	17.393,92	17.393,92	12.559,09	0,00	46,99
O	192	07.001.12.365.0007.6.005.3.3.90.30.00.0	01104 MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00	74.268,40	51.021,79	50.993,79	23.274,61	0,00	15.731,60
O	901	07.001.12.365.0007.6.005.3.3.90.30.00.0	31041 MATERIAL DE CONSUMO	864,50	864,50	864,50	864,50	0,00	0,00	0,00
O	871	07.001.12.365.0007.6.005.3.3.90.30.00.0	31044 MATERIAL DE CONSUMO	270,00	270,00	270,00	270,00	0,00	0,00	0,00
O	903	07.001.12.365.0007.6.005.3.3.90.30.00.0	71024 MATERIAL DE CONSUMO	550,00	548,88	289,02	289,02	259,86	0,00	1,12
			Total ProjAtiv:	**121.684,50**	**105.904,79**	**69.839,23**	**69.811,23**	**36.093,56**	**0,00**	**15.779,71**
		07.001.12.367.0007.6006	**Manutenção da Educação Especial**							
O	206	07.001.12.367.0007.6.006.3.3.90.30.00.0	01104 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
			Total ProjAtiv:	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**
		08.001.20.608.0008.2008	**Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							
O	231	08.001.20.608.0008.2.008.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	33.083,58	32.901,92	29.134,55	28.728,82	4.173,10	0,00	181,66
O	791	08.001.20.608.0008.2.008.3.3.90.30.00.0	31057 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	2.000,00	1.008,37	1.008,37	991,63	0,00	0,00
O	780	08.001.20.608.0008.2.008.3.3.90.30.00.0	833 MATERIAL DE CONSUMO	11.561,42	11.561,42	9.661,42	9.661,42	1.900,00	0,00	0,00
			Total ProjAtiv:	**46.645,00**	**46.463,34**	**39.804,34**	**39.398,61**	**7.064,73**	**0,00**	**181,66**
		09.001.18.541.0009.2009	**Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**							
O	249	09.001.18.541.0009.2.009.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00	264.268,42	202.802,87	201.177,37	63.091,05	0,00	35.731,58
O	888	09.001.18.541.0009.2.009.3.3.90.30.00.0	2002 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	1.937,82	1.937,82	1.937,82	0,00	0,00	62,18
			Total ProjAtiv:	**302.000,00**	**266.206,24**	**204.740,69**	**203.115,19**	**63.091,05**	**0,00**	**35.793,76**
		10.001.10.122.0010.2010	**Administração Geral SMS**							
O	269	10.001.10.122.0010.2.010.3.3.90.30.00.0	01303 MATERIAL DE CONSUMO	6.500,00	5.457,67	5.170,57	4.971,01	486,66	0,00	1.042,33
			Total ProjAtiv:	**6.500,00**	**5.457,67**	**5.170,57**	**4.971,01**	**486,66**	**0,00**	**1.042,33**
		10.001.10.301.0010.2011	**Manutenção da Atenção Básica**							
O	748	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	03000 MATERIAL DE CONSUMO	350.066,00	257.581,87	202.653,66	190.422,18	67.159,69	0,00	92.484,13
O	294	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	01303 MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00	399.991,00	367.450,15	357.989,68	42.001,32	0,00	9,00
O	296	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	12494 MATERIAL DE CONSUMO	201.000,00	2.311,90	2.311,90	2.311,90	0,00	0,00	198.688,10
O	839	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	3494 MATERIAL DE CONSUMO	50.843,00	40.804,98	7.623,31	7.566,30	33.238,68	0,00	10.038,02
O	755	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	31016 MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00	24.507,69	21.167,91	21.167,91	3.339,78	0,00	95.492,31
O	749	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	32494 MATERIAL DE CONSUMO	161.788,21	147.472,33	118.637,81	118.637,81	28.834,52	0,00	14.315,88
O	776	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	35494 MATERIAL DE CONSUMO	70.606,87	22.809,29	21.049,29	21.049,29	1.760,00	0,00	47.797,58

O	295	10.001.10.301.0010.2.011.3.3.90.30.00.0	5494 MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00	80.850,96	64.203,63	64.203,63	16.647,33	0,00	9.149,04
			Total ProjAtiv:	**1.444.304,08**	**976.330,02**	**805.097,66**	**783.348,70**	**192.981,32**	**0,00**	**467.974,06**
		10.001.10.302.0010.2012	**Programa do Samu**							
O	324	10.001.10.302.0010.2.012.3.3.90.30.00.0	01303 MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00	49.194,00	28.450,23	27.057,82	22.136,18	0,00	70.806,00
O	827	10.001.10.302.0010.2.012.3.3.90.30.00.0	3494 MATERIAL DE CONSUMO	4.537,27	4.537,27	4.537,27	4.537,27	0,00	0,00	0,00
			Total ProjAtiv:	**124.537,27**	**53.731,27**	**32.987,50**	**31.595,09**	**22.136,18**	**0,00**	**70.806,00**
		10.001.10.302.0010.2013	**Manutenção da Média e Alta Complexidade**							
O	342	10.001.10.302.0010.2.013.3.3.90.30.00.0	01303 MATERIAL DE CONSUMO	1.000.000,00	663.964,76	591.070,91	582.659,39	81.305,37	0,00	336.035,24
O	777	10.001.10.302.0010.2.013.3.3.90.30.00.0	35494 MATERIAL DE CONSUMO	34.166,46	22.333,89	22.296,99	22.296,99	36,90	0,00	11.832,57
O	343	10.001.10.302.0010.2.013.3.3.90.30.00.0	5494 MATERIAL DE CONSUMO	134.113,38	133.913,38	102.951,76	101.816,16	32.097,22	0,00	200,00
			Total ProjAtiv:	**1.168.279,84**	**820.212,03**	**716.319,66**	**706.772,54**	**113.439,49**	**0,00**	**348.067,81**
		10.001.10.303.0010.2014	**Assistência Farmacêutica**							
O	833	10.001.10.303.0010.2.014.3.3.90.30.00.0	35494 MATERIAL DE CONSUMO	16.309,33	3.608,96	397,46	397,46	3.211,50	0,00	12.700,37
O	363	10.001.10.303.0010.2.014.3.3.90.30.00.0	5494 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
			Total ProjAtiv:	**18.309,33**	**3.608,96**	**397,46**	**397,46**	**3.211,50**	**0,00**	**14.700,37**
		10.001.10.304.0010.2015	**Vigilância Sanitária**							
O	373	10.001.10.304.0010.2.015.3.3.90.30.00.0	01303 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
O	711	10.001.10.304.0010.2.015.3.3.90.30.00.0	35494 MATERIAL DE CONSUMO	5.813,00	4.832,09	2.957,88	2.957,88	1.874,21	0,00	980,91
O	372	10.001.10.304.0010.2.015.3.3.90.30.00.0	494 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	3.371,98	3.326,90	3.019,84	352,14	0,00	6.628,02
O	374	10.001.10.304.0010.2.015.3.3.90.30.00.0	5494 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	468,38	468,38	468,38	0,00	0,00	4.531,62
			Total ProjAtiv:	**21.813,00**	**8.672,45**	**6.753,16**	**6.446,10**	**2.226,35**	**0,00**	**13.140,55**
		10.001.10.305.0010.2016	**Vigilância Epidemiológica**							
O	390	10.001.10.305.0010.2.016.3.3.90.30.00.0	01303 MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00	10.339,23	9.862,97	9.862,97	476,26	0,00	10.660,77
O	831	10.001.10.305.0010.2.016.3.3.90.30.00.0	32494 MATERIAL DE CONSUMO	240,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,18
O	828	10.001.10.305.0010.2.016.3.3.90.30.00.0	35494 MATERIAL DE CONSUMO	6.495,97	6.457,92	5.533,58	5.533,58	924,34	0,00	38,05
O	391	10.001.10.305.0010.2.016.3.3.90.30.00.0	5494 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	4.697,37	1.968,57	1.968,57	2.728,80	0,00	302,63
			Total ProjAtiv:	**32.736,15**	**21.494,52**	**17.365,12**	**17.365,12**	**4.129,40**	**0,00**	**11.241,63**
		11.001.08.122.0011.2017	**Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social**							
O	405	11.001.08.122.0011.2.017.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	9.675,36	7.639,33	7.639,33	2.036,03	0,00	10.324,64
O	702	11.001.08.122.0011.2.017.3.3.90.30.00.0	3784 MATERIAL DE CONSUMO	41,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,00
O	894	11.001.08.122.0011.2.017.3.3.90.30.00.0	31006 MATERIAL DE CONSUMO	217,77	217,77	217,77	217,77	0,00	0,00	0,00
			Total ProjAtiv:	**20.258,77**	**9.893,13**	**7.857,10**	**7.857,10**	**2.036,03**	**0,00**	**10.365,64**
		11.001.08.122.0011.2018	**Fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)**							

O	415	11.001.08.122.0011.2.018.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
O	907	11.001.08.122.0011.2.018.3.3.90.30.00.0	21017 MATERIAL DE CONSUMO	32,00	32,00	32,00	32,00	0,00	0,00	0,00
O	867	11.001.08.122.0011.2.018.3.3.90.30.00.0	31006 MATERIAL DE CONSUMO	1.199,02	1.167,02	1.137,48	1.137,48	29,54	0,00	32,00
			Total ProjAtiv:	**6.231,02**	**1.199,02**	**1.169,48**	**1.169,48**	**29,54**	**0,00**	**5.032,00**
		11.001.08.122.0011.2019	**ProcadSuas**							
O	418	11.001.08.122.0011.2.019.3.3.90.30.00.0	940 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
			Total ProjAtiv:	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**
		11.001.08.244.0011.2033	**Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único**							
O	430	11.001.08.244.0011.2.033.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
O	429	11.001.08.244.0011.2.033.3.3.90.30.00.0	940 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
			Total ProjAtiv:	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.000,00**
		11.001.08.245.0011.2035	**Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS**							
O	437	11.001.08.245.0011.2.035.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
			Total ProjAtiv:	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**
		11.001.08.245.0011.6008	**Bloco de Proteção Social Básica**							
O	459	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	3.666,63	2.520,76	2.520,76	1.145,87	0,00	21.333,37
O	715	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	3784 MATERIAL DE CONSUMO	9.236,63	7.225,20	6.781,40	6.781,40	443,80	0,00	2.011,43
O	872	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	3934 MATERIAL DE CONSUMO	219,95	219,95	219,95	219,95	0,00	0,00	0,00
O	863	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	3940 MATERIAL DE CONSUMO	569,28	349,33	349,33	349,33	0,00	0,00	219,95
O	864	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	31006 MATERIAL DE CONSUMO	6.947,95	6.947,95	4.950,81	4.950,81	1.997,14	0,00	0,00
O	848	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	784 MATERIAL DE CONSUMO	7.995,37	7.031,95	5.789,47	5.789,47	1.242,48	0,00	963,42
O	458	11.001.08.245.0011.6.008.3.3.90.30.00.0	934 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Total ProjAtiv:	**49.969,18**	**25.441,01**	**20.611,72**	**20.611,72**	**4.829,29**	**0,00**	**24.528,17**
		11.001.08.245.0011.6009	**Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)**							
O	481	11.001.08.245.0011.6.009.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
O	480	11.001.08.245.0011.6.009.3.3.90.30.00.0	935 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	1.050,16	982,61	982,61	67,55	0,00	3.949,84
			Total ProjAtiv:	**15.000,00**	**1.050,16**	**982,61**	**982,61**	**67,55**	**0,00**	**13.949,84**
		11.002.08.241.0011.2037	**Serviço de Atendimento ao Idoso**							
O	492	11.002.08.241.0011.2.037.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	4.193,01	884,61	884,61	3.308,40	0,00	15.806,99
O	908	11.002.08.241.0011.2.037.3.3.90.30.00.0	784 MATERIAL DE CONSUMO	426,59	426,59	426,59	426,59	0,00	0,00	0,00
			Total ProjAtiv:	**20.426,59**	**4.619,60**	**1.311,20**	**1.311,20**	**3.308,40**	**0,00**	**15.806,99**
		11.003.08.243.0011.6010	**Programa Show de Bola Primeiro de Maio + Ação**							

O	502	11.003.08.243.0011.6.010.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	204,20	204,20	204,20	0,00	0,00	29.795,80
O	710	11.003.08.243.0011.6.010.3.3.90.30.00.0	03000 MATERIAL DE CONSUMO	28.895,25	28.895,02	28.895,02	28.895,02	0,00	0,00	0,23
O	849	11.003.08.243.0011.6.010.3.3.90.30.00.0	41011 MATERIAL DE CONSUMO	1.121,52	468,22	332,57	311,70	156,52	0,00	653,30
O	875	11.003.08.243.0011.6.010.3.3.90.30.00.0	51011 MATERIAL DE CONSUMO	3.150,00	3.147,02	502,42	502,42	2.644,60	0,00	2,98
			Total ProjAtiv:	**63.166,77**	**32.714,46**	**29.934,21**	**29.913,34**	**2.801,12**	**0,00**	**30.452,31**
		11.004.08.242.0011.6011	**Serviço de Atendimento à Pessoa com Deficiência**							
O	512	11.004.08.242.0011.6.011.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
			Total ProjAtiv:	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**
		11.005.08.244.0011.2039	**Serviço de Atendimento aos Direitos da Mulher**							
O	519	11.005.08.244.0011.2.039.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
			Total ProjAtiv:	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**
		12.001.27.812.0012.2020	**Secretaria de Esportes**							
O	529	12.001.27.812.0012.2.020.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	69.813,52	25.129,96	23.337,76	46.475,76	0,00	30.186,48
O	887	12.001.27.812.0012.2.020.3.3.90.30.00.0	2002 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	7.438,91	472,54	472,54	6.966,37	0,00	2.561,09
			Total ProjAtiv:	**110.000,00**	**77.252,43**	**25.602,50**	**23.810,30**	**53.442,13**	**0,00**	**32.747,57**
		13.001.23.695.0013.2021	**Secretaria de Turismo**							
O	547	13.001.23.695.0013.2.021.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00	227.953,26	217.559,07	214.591,90	13.361,36	0,00	72.046,74
O	881	13.001.23.695.0013.2.021.3.3.90.30.00.0	01504 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	600,08	0,00	0,00	600,08	0,00	399,92
			Total ProjAtiv:	**301.000,00**	**228.553,34**	**217.559,07**	**214.591,90**	**13.961,44**	**0,00**	**72.446,66**
		14.001.15.451.0014.2022	**Serviços Públicos e Urbanismo**							
O	570	14.001.15.451.0014.2.022.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00	277.151,48	179.410,87	176.866,68	100.284,80	0,00	22.848,52
O	571	14.001.15.451.0014.2.022.3.3.90.30.00.0	01076 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O	884	14.001.15.451.0014.2.022.3.3.90.30.00.0	01504 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	3.875,45	0,00	0,00	3.875,45	0,00	6.124,55
O	567	14.001.15.451.0014.2.022.3.3.90.30.00.0	01507 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
O	568	14.001.15.451.0014.2.022.3.3.90.30.00.0	01510 MATERIAL DE CONSUMO	215.000,00	193.507,97	176.393,95	162.100,05	31.407,92	0,00	21.492,03
O	569	14.001.15.451.0014.2.022.3.3.90.30.00.0	01511 MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	75.651,87	66.205,74	58.387,55	17.264,32	0,00	24.348,13
			Total ProjAtiv:	**648.000,00**	**550.186,77**	**422.010,56**	**397.354,28**	**152.832,49**	**0,00**	**97.813,23**
		15.001.15.451.0003.2023	**Serviços de Obras e Engenharia**							
O	597	15.001.15.451.0003.2.023.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	17.884,23	5.014,76	4.739,77	13.144,46	0,00	2.115,77
			Total ProjAtiv:	**20.000,00**	**17.884,23**	**5.014,76**	**4.739,77**	**13.144,46**	**0,00**	**2.115,77**
		16.001.26.782.0015.2024	**Serviços de Viação e Transporte**							
O	618	16.001.26.782.0015.2.024.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	430.000,00	402.618,31	370.344,08	353.901,31	48.717,00	0,00	27.381,69
O	838	16.001.26.782.0015.2.024.3.3.90.30.00.0	03512 MATERIAL DE CONSUMO	20.821,06	20.821,06	20.821,06	20.821,06	0,00	0,00	0,00

O	615	16.001.26.782.0015.2.024.3.3.90.30.00.0	01504 MATERIAL DE CONSUMO	760.000,00	759.601,17	714.005,08	708.423,36	51.177,81	0,00	398,83
O	616	16.001.26.782.0015.2.024.3.3.90.30.00.0	01511 MATERIAL DE CONSUMO	103.000,00	101.856,20	61.221,63	59.643,52	42.212,68	0,00	1.143,80
O	617	16.001.26.782.0015.2.024.3.3.90.30.00.0	01512 MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	5.927,54	5.927,54	5.927,54	0,00	0,00	72,46
			Total ProjAtiv:	**1.319.821,06**	**1.290.824,28**	**1.172.319,39**	**1.148.716,79**	**142.107,49**	**0,00**	**28.996,78**
		17.001.22.661.0004.2025	**Indústria, Comércio e Serviços, Geração de Emprego e Renda, Banco Social**							
O	637	17.001.22.661.0004.2.025.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	5.827,10	3.839,02	3.158,12	2.668,98	0,00	4.172,90
			Total ProjAtiv:	**10.000,00**	**5.827,10**	**3.839,02**	**3.158,12**	**2.668,98**	**0,00**	**4.172,90**
		18.001.16.482.0005.2026	**Secretaria de Habitação, Aquisição de Terreno, Reforma e Construção de Casas Urbanas e Rurais**							
O	653	18.001.16.482.0005.2.026.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	9.000,00
			Total ProjAtiv:	**10.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**9.000,00**
		19.001.13.392.0006.2027	**Secretaria de Cultura e Biblioteca Municipal**							
O	671	19.001.13.392.0006.2.027.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	7.106,78	3.808,24	3.152,64	3.954,14	0,00	12.893,22
			Total ProjAtiv:	**20.000,00**	**7.106,78**	**3.808,24**	**3.152,64**	**3.954,14**	**0,00**	**12.893,22**
		19.001.13.392.0006.2028	**Eventos Culturais, Gastronômicos, Civis e Tradicionais para Integração Regional**							
O	680	19.001.13.392.0006.2.028.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	39.311,69	16.157,68	16.157,68	16.157,68	0,00	0,00	23.154,01
			Total ProjAtiv:	**39.311,69**	**16.157,68**	**16.157,68**	**16.157,68**	**0,00**	**0,00**	**23.154,01**
		20.001.04.122.0002.2029	**Secretaria de Governo e Comunicação**							
O	693	20.001.04.122.0002.2.029.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	535,00	535,00	535,00	0,00	0,00	9.465,00
			Total ProjAtiv:	**10.000,00**	**535,00**	**535,00**	**535,00**	**0,00**	**0,00**	**9.465,00**
			Total na Entidade:	**6.382.994,25**	**4.914.619,21**	**4.062.139,26**	**3.956.582,12**	**958.037,09**	**0,00**	**1.468.375,04**
			Total Geral:	**6.382.994,25**	**4.914.619,21**	**4.062.139,26**	**3.956.582,12**	**958.037,09**	**0,00**	**1.468.375,04**

BRUNO EDUARDO SANTA ROSA BAUERMAMM EST
PREFEITO

GABRIELA PANSONATO BRANDÃO SOUZA
CONTADORA

LUCIANO CORDAO BILHA
CONTROLE INTERNO

Assinado por: Gabriela Pansonato Brandão Souza 29/10/2026
13:25:22

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
https://primeirodemaio.eloweb.net/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=d1e70551-f91c-4e5f-9acf-2df62afb8311